

PROCESSO: TCE-RJ Nº 222.603-2/22

ORIGEM: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MESQUITA - MESQUITAPREV

NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2021

EMENTA. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO. EXERCÍCIO DE 2021. REGULARIDADE DAS CONTAS. RESSALVAS E DETERMINAÇÕES. QUITAÇÃO. COMUNICAÇÃO. ARQUIVAMENTO.

Versam os autos sobre a **Prestação de Contas Anual de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mesquita - Mesquitaprev**, referente ao exercício de **2021**, encaminhada a este Tribunal de Contas conforme preceitua a Deliberação TCE-RJ nº 277/17.

Ao proceder à análise da documentação encaminhada, a ilustre Unidade de Auditoria, Coordenadoria de Auditoria de Contas de Gestão – CAC-Gestão (peça 40), avaliou o cumprimento das questões normativas inerentes à natureza deste processo, tendo sido identificado que algumas questões ainda careciam de esclarecimentos com vistas à manifestação conclusiva sobre as contas em epígrafe, propondo expedição de ofício, com fulcro no art. 5º, § 2º, da Deliberação TCE-RJ nº 277/17, com vistas à apresentação de esclarecimentos munidos de documentação comprobatória.

Formalizando a referida proposta, foi expedido o Ofício PRS/SSE/CGC nº 33.504/22 (peça 41) ao Órgão Jurisdicionado, conforme previsto no § 2º do art. 5º da Deliberação TCE-RJ nº 277/17, o qual foi recebido no dia 16.12.22, via SICODI (peça 43).

Em resposta ao mencionado Ofício, a responsável encaminhou os esclarecimentos solicitados e documentação suporte, os quais deram origem ao Doc. TCE-RJ nº 3.238-2/23 (peças 44 a 61).

Após análise complementar, em face das novas informações e documentos encaminhados pelo Jurisdicionado, a Unidade de Auditoria sugeriu a COMUNICAÇÃO da Diretora-Presidente do MESQUITAPREV para novos esclarecimentos (peça 64).

Instado a se manifestar, o douto Ministério Público de Contas corroborou com a sugestão da proeminente Unidade de Auditoria (peça 66).

Em sequência, o feito foi distribuído, por meio de sorteio eletrônico, a este Gabinete pelo Núcleo de Distribuição da Secretaria-Geral da Presidência - NDP, conforme certidão constante da peça 67.

Após detido exame dos autos, por Despacho, de 04.09.23, acompanhei o sugerido pela CAC-Governo, que teve o aval do *Parquet* de Contas, no sentido de se proceder com a Comunicação da responsável para o envio de esclarecimentos (peça 68), decisão que foi materializada mediante o Ofício PRS/SSE/CGC 24.511/23 (peça 70).

Entretanto, tendo em vista a ausência de resposta ao Ofício supracitado, a Coordenadoria Setorial de Prazos e Diligências – CPR, em 30.10.23, sugeriu o encaminhamento dos presentes autos a este Gabinete, de acordo com o disposto no art. 253 do Novo Regimento Interno do TCE-RJ, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 338/23 (peça 73).

Nesse diapasão, em 11.03.24, por entender serem os esclarecimentos sugeridos pelas Instância Técnicas relevantes para a manifestação conclusiva dos autos, proferi Voto pela Comunicação à atual gestora do Instituto de Previdência em apreço, Sra. Catia da Silva Ferraz, para encaminhar o solicitado, alertando-a sobre a sanção prevista no art. 143, IV, do RITCERJ, em caso de não atendimento à decisão desta Corte de Contas, Acórdão nº 8322/24 (peças 96 e 97).

Ressalto que a Jurisdicionada foi cientificada da decisão anterior por meio do Ofício PRS/SSE/CGC 5.524/24 (peça 99), sendo este recebido, via SICODI, em 25.03.24, conforme documento constante da peça 104.

Em resposta, inicialmente, em 10.04.24, foi encaminhado o Doc. TCE-RJ nº 6.444-6/24 (peças 102 e 103) e depois, em 18.06.24, o Doc. TCE-RJ nº 13.803-7/24 (peças 106 e 107).

Assim, diante de novos elementos, devidamente justificados e comprovados por documentação suporte, a Unidade de Auditoria empreendeu nova análise do presente processo (peça 109), sugerindo o seguinte:

Diante da análise realizada e considerando que o exame deste processo contemplou requisitos da Lei Complementar nº 63/90 e da Deliberação TCE-RJ nº 277/17, e ainda, que outros aspectos pertinentes poderão ser abordados em procedimentos de auditorias ou outras ações inerentes à fiscalização que compete a este Tribunal, sugere-se:

I – Sejam JULGADAS REGULARES com as RESSALVAS e as DETERMINAÇÕES elencadas abaixo, as **Contas Anual de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV**, sob as responsabilidades do Sr. Leandro Machado Ferreira, referente ao período de 01/01 a 19/01/2021 e da Sra. Cátia da Silva Ferraz, referente ao período de 20/01 a 31/12/2021, **relativas ao exercício de 2021**, nos termos do inciso II, artigo 20 c/c o artigo 22, ambos da Lei Complementar Estadual nº 63/90, dando-lhe quitação.

RESSALVAS E DETERMINAÇÕES:

RESSALVA N.º 01

- Quanto à divergência apurada, nos demonstrativos contábeis (Balanços Financeiros) constantes nos autos, devido alteração realizada na movimentação da rubrica interferências financeiras - perdas em aplicações financeiras, sem demonstrar o motivo da ocorrência (Questão Normativa n.º 5.4):

Balanço original (Peças n.º 08)	R\$ 20.672.126,88
Balanço retificado (fls. 02 da Peça n.º 107)	R\$ 20.643.927,16
Diferença	R\$ 28.199,72

DETERMINAÇÃO N.º 01

Atentar para que o Setor de Contabilidade, desse RPPS, elabore seus Balanços, com a finalidade de permitir que esses expressem em sua análise a interpretação fidedigna dos seus resultados, conforme o disposto no artigo 85 da Lei Federal n.º 4.320/64;

RESSALVA N.º 02

- Quanto à composição do ativo circulante, rubrica outros créditos a receber, contemplar valores que extrapolam o exercício financeiro, ou seja, acima de 12 meses (Questões Normativas n.º 6.6);

DETERMINAÇÃO N.º 02

- Atentar para que o Montante registrado no Ativo Financeiro esteja em consonância com o correspondente registro evidenciado no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, nos termos da Lei nº 4.320/64 e do MCASP;

RESSALVA N.º 03

- Quanto ao não cumprimento do disposto no artigo 90 da Lei Municipal 906/15 (Questão Normativa n.º 10.1);

DETERMINAÇÃO N.º 03

- Atentar para que as contribuições previdenciárias devidas ao Mesquita-PREV pagas em atraso, ficam sujeitas à atualização pelo índice de preços ao consumidor amplo IPCA/IBGE, além da cobrança de juros de mora de 0,5 (meio por cento) por mês de atraso ou fração e multa de 1% (um por cento) sobre o valor nominal;

RESSALVA N.º 04

- Quanto à não correspondência entre o montante registrado no Modelo 34, a título de contribuições retidas e não repassadas dentro do exercício, e o registro a débito, no valor de R\$ 26.758.055,54, na conta créditos a receber a curto prazo (Questão Normativa n.º 10.3);

DETERMINAÇÃO N.º 04

- Atentar para que o montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), retido e não repassado dentro do exercício pelo RPPS, seja devidamente registrado no Balanço Patrimonial e/ou Balancete Analítico;

RESSALVA N.º 05

- Quanto à divergência dos valores registrados das contribuições dos **servidores e patronal** (normal e suplementar), retido e repassado dentro do exercício evidenciados no Modelo 36 da Del. TCE-RJ nº 277/17 (Questão normativa n.º 11.2);

DETERMINAÇÃO N.º 05

- Observar a paridade dos dados dos Modelos 36 e 37 da Del. TCE-RJ n.º 277/17, com os registros contábeis do exercício em curso.

RESSALVA N.º 06

- Quanto à ausência de registro das Contribuições dos servidores retidas e repassadas dentro do exercício no Demonstrativo da Dívida Flutuante (Questão Normativa n.º 11.2);

DETERMINAÇÃO N.º 06

- Atentar para que o montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores, retidas e repassadas dentro do exercício, sejam devidamente registradas, no Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal n.º 4.320/64);

RESSALVA N.º 07

- Quanto a não correspondência entre a contribuição patronal, retida e repassada dentro do exercício, entre os valores apresentados no Modelo 36 (R\$

13.265.152,17) e o montante lançado no Balancete analítico (R\$ 44.130,14) (Questão Normativa n.º 11.3);

DETERMINAÇÃO N.º 07

- Atentar para que o montante, aproximadamente, da contribuição patronal, retida e não repassada dentro do exercício, seja devidamente registrada no Balanço Patrimonial e/ou Balancete Analítico;

RESSALVA N.º 08

- Quanto ao município não se encontrar em situação regular no critério: “Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses – DPIR – Consistência e Caráter Contributivo” estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social, conforme evidenciado no último extrato previdenciário emitido em 24/01/2016 (n.º 981116-133965) (Questão Normativa n.º 16.1);

DETERMINAÇÃO N.º 08

- Atentar para que o município se encontre em situação regular nos critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social;

RESSALVA N.º 09

- Quanto à provisão matemática previdenciária constante na Avaliação Atuarial não guardar paridade com o correspondente registro no passivo não circulante do Balanço Patrimonial (Questão Normativa n.º 17.2);

DETERMINAÇÃO N.º 09

- Atentar para que a provisão matemática previdenciária constante na Avaliação Atuarial guarde paridade com o correspondente registro no passivo não circulante do Balanço Patrimonial, na forma do artigo 26 da Portaria MPS n.º 1467/2022, a fim de estabelecer o perfeito conhecimento da composição patrimonial do RPPS, conforme o disposto no art. 85 da L. F. n.º 4.320/64;

RESSALVA N.º 10

- Quanto a não adoção de medidas pelo RPPS com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que se tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para efeitos de aposentadoria, obedecidas as normas da Lei Federal n.º 9.796/99, que foi regulamentada pelo Decreto n.º 10.188/2019, ou alterações posteriores (Questão Normativa n.º 19.1);

DETERMINAÇÃO N.º 10

- Atentar para que sejam adotadas medidas pelo RPPS com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que se tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para efeitos de aposentadoria, obedecidas as normas da Lei Federal n.º 9.796/99, que foi regulamentada pelo Decreto n.º 10.188/2019, ou alterações posteriores;

II – COMUNICAÇÃO ao atual gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, com fulcro no art. 15, inciso I da Deliberação TCE-RJ n.º 338/23 – Regimento Interno do TCE-RJ, para que adote providências efetivas com vistas à regularização da falhas apontadas nestas Contas e que foram objeto de ressalva, alertando-o de que a reincidência no cumprimento das

correspondentes determinações realizados poderá acarretar o julgamento pela irregularidade de futuras prestações de contas, nos termos do parágrafo único do art. 20 da Lei Complementar Estadual nº 63/1990 (Lei Orgânica do TCE-RJ).

III – Posterior ARQUIVAMENTO dos autos.

O douto Ministério Público de Contas, em segunda manifestação, concordou com a sugestão da diligente Unidade de Auditoria (peça 111).

Por fim, o Núcleo de Distribuição da Secretaria-Geral da Presidência - NDP distribuiu os autos a este Gabinete, conforme certidão de 11.09.24 (peça 112).

Eis o Relatório.

Dentre as competências constitucionais estabelecidas para as Cortes de Contas Estaduais, importa salientar aquela relativa à apreciação das prestações de contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos dos Órgãos Jurisdicionados.

Para o Estado Fluminense, essa competência foi prevista no inciso III do artigo 125¹ da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e, no âmbito deste TCE-RJ, foi disciplinada pelas Lei Complementar Estadual nº 63/90 - LOTCERJ, Deliberação TCE-RJ nº 338/23 - RITCERJ e Deliberação TCE-RJ nº 277/17.

Após detido exame dos autos, que se encontram bem analisados e devidamente fundamentados, entendo que a sugestão da Coordenadoria de Auditoria de Contas de Gestão, endossada pelo Ministério Público de Contas, deva prosperar, pois verifiquei que as presentes Contas se encontram revestidas de todos os elementos necessários para a decisão definitiva de mérito, ressaltando que as inconsistências apuradas pela Instância Técnica, por não macularem o feito de forma insanável, devam figurar como ressalvas a serem regularizadas nos próximos exercícios.

¹ Art. 125 - Compete ao Tribunal de Contas do Estado, além de outras atribuições conferidas por lei:

III - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta dos Municípios, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, e as contas dos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

Corroborando com o meu entendimento destaco o resultado do Relatório da Controladoria Geral do Município, que julgou as contas regulares com ressalvas (peça 15), onde o Controlador Geral ressaltou que a gestão do RPPS no exercício de 2021 apresentou resultado orçamentário, financeiro e patrimonial positivo.

Acrescento, ainda, como bem apontado pela Unidade Especializada, que a conclusão da presente Prestação de Contas não esgota a atuação deste Tribunal, visto que outros aspectos pertinentes à matéria poderão ser abordados em procedimentos de auditorias ou outras ações inerentes à fiscalização que competem a esta Corte de Contas.

Face o exposto, manifesto-me **DE ACORDO** com o proposto pela laboriosa Unidade de Auditoria e pelo ilustre Ministério Público de Contas. Diante disto,

VOTO:

I. Pela **REGULARIDADE** das Contas Anuais de Gestão do **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mesquita - Mesquitaprev**, relativas ao exercício de 2021, sob as responsabilidades do Sr. Leandro Machado Ferreira, referente ao período de 01.01 a 19.01.21, e da Sra. Cátia da Silva Ferraz, referente ao período de 20.01 a 31.12.21, nos termos do inciso II² do artigo 20 c/c o artigo 22³, ambos da Lei Complementar Estadual nº 63/90, dando-lhe **QUITAÇÃO** com as **RESSALVAS** e a **DETERMINAÇÕES** a seguir dispostas:

RESSALVA Nº 1

Quanto à divergência apurada, nos demonstrativos contábeis (Balanços Financeiros) constantes nos autos, devido alteração realizada na movimentação da rubrica interferências financeiras - perdas em aplicações financeiras, sem demonstrar o motivo da ocorrência:

² Art. 20. As contas serão julgadas:

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal ou, ainda, a prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico que não seja de natureza grave e não represente injustificado dano ao erário.

³ Art. 22. Quando julgar as contas regulares com ressalva, o Tribunal de Contas dará quitação ao responsável e lhe determinará, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.

Balanço original (Peças n.º 08)	R\$ 20.672.126,88
Balanço retificado (fls. 02 da Peça n.º 107)	R\$ 20.643.927,16
Diferença	R\$ 28.199,72

DETERMINAÇÃO Nº 01

Atentar para que o Setor de Contabilidade, desse RPPS, elabore seus Balanços, com a finalidade de permitir que esses expressem em sua análise a interpretação fidedigna dos seus resultados, conforme o disposto no artigo 85 da Lei Federal nº 4.320/64;

RESSALVA Nº 02

Quanto à composição do ativo circulante, rubrica outros créditos a receber, contemplar valores que extrapolam o exercício financeiro, ou seja, acima de 12 meses;

DETERMINAÇÃO Nº 02

Atentar para que o Montante registrado no Ativo Financeiro esteja em consonância com o correspondente registro evidenciado no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, nos termos da Lei nº 4.320/64 e do MCASP;

RESSALVA Nº 03

Quanto ao não cumprimento do disposto no artigo 90 da Lei Municipal 906/15;

DETERMINAÇÃO Nº 03

Atentar para que as contribuições previdenciárias devidas ao Mesquita-PREV pagas em atraso, ficam sujeitas à atualização pelo índice de preços ao consumidor amplo IPCA/IBGE, além da cobrança de juros de mora de 0,5 (meio por cento) por mês de atraso ou fração e multa de 1% (um por cento) sobre o valor nominal;

RESSALVA Nº 04

Quanto à não correspondência entre o montante registrado no Modelo 34, a título de contribuições retidas e não repassadas dentro do exercício, e o registro a débito, no valor de R\$26.758.055,54, na conta créditos a receber a curto prazo;

DETERMINAÇÃO Nº 04

Atentar para que o montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), retido e não repassado dentro do exercício pelo RPPS, seja devidamente registrado no Balanço Patrimonial e/ou Balancete Analítico;

RESSALVA Nº 05

Quanto à divergência dos valores registrados das contribuições dos **servidores e patronal** (normal e suplementar), retido e repassado dentro do exercício evidenciados no Modelo 36 da Del. TCE-RJ nº 277/17;

DETERMINAÇÃO Nº 05

Observar a paridade dos dados dos Modelos 36 e 37 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17, com os registros contábeis do exercício em curso.

RESSALVA Nº 06

Quanto à ausência de registro das Contribuições dos servidores retidas e repassadas dentro do exercício no Demonstrativo da Dívida Flutuante;

DETERMINAÇÃO Nº 06

Atentar para que o montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores, retidas e repassadas dentro do exercício, sejam devidamente registradas, no Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64);

RESSALVA Nº 07

Quanto a não correspondência entre a contribuição patronal, retida e repassada dentro do exercício, entre os valores apresentados no Modelo 36 (R\$13.265.152,17) e o montante lançado no Balancete analítico (R\$44.130,14);

DETERMINAÇÃO Nº 07

Atentar para que o montante, aproximadamente, da contribuição patronal, retida e não repassada dentro do exercício, seja devidamente registrada no Balanço Patrimonial e/ou Balancete Analítico:

RESSALVA Nº 08

Quanto ao município não se encontrar em situação regular no critério: “Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses – DPIR – Consistência e Caráter Contributivo” estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social, conforme evidenciado no último extrato previdenciário emitido em 24.01.16 (nº 981116-133965);

DETERMINAÇÃO Nº 08

Atentar para que o município se encontre em situação regular nos critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social;

RESSALVA Nº 09

Quanto à provisão matemática previdenciária constante na Avaliação Atuarial não guardar paridade com o correspondente registro no passivo não circulante do Balanço Patrimonial;

DETERMINAÇÃO Nº 09

Atentar para que a provisão matemática previdenciária constante na Avaliação Atuarial guarde paridade com o correspondente registro no passivo não circulante do Balanço Patrimonial, na forma do artigo 26 da Portaria MPS nº 1467/22, a fim de estabelecer o perfeito conhecimento da composição patrimonial do RPPS, conforme o disposto no art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64;

RESSALVA Nº 10

Quanto a não adoção de medidas pelo RPPS com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que se tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para efeitos de aposentadoria,

obedecidas as normas da Lei Federal nº 9.796/99, que foi regulamentada pelo Decreto nº 10.188/19, ou alterações posteriores;

DETERMINAÇÃO Nº 10

Atentar para que sejam adotadas medidas pelo RPPS com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que se tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para efeitos de aposentadoria, obedecidas as normas da Lei Federal nº 9.796/99, que foi regulamentada pelo Decreto nº 10.188/19, ou alterações posteriores.

II. Pela **COMUNICAÇÃO**, nos termos do art. 15, I⁴, do RITCERJ, ao gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, para que adote providências efetivas com vistas à regularização das falhas apontadas nestas Contas e que foram objeto de ressalvas, alertando-o de que a reincidência no cumprimento das correspondentes determinações realizadas poderá acarretar o julgamento pela irregularidade de futuras prestações de contas, nos termos do parágrafo único do artigo 20⁵ da Lei Complementar nº 63/90 (Lei Orgânica do TCE-RJ).

III. Pelo posterior **ARQUIVAMENTO** do presente processo.

CONSELHEIRO MÁRCIO PACHECO

Documento assinado digitalmente

⁴ Art. 15. O chamamento ao processo do responsável, ou interessado, far-se-á por meio das seguintes modalidades de comunicação processual, conforme o caso:

I - Comunicação: ato pelo qual o Tribunal determina ao responsável, com força coercitiva, o cumprimento de diligência, o encaminhamento de documentos ou a apresentação de esclarecimentos para saneamento do feito, bem como dá ciência das suas decisões.

⁵ Art. 20. As contas serão julgadas:

Parágrafo único. O Tribunal poderá julgar irregulares as contas no caso de reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feita em processo de prestação ou tomada de contas anterior.